

60 DICAS QUENTES

OAB 42

*Revisão
nocaute*

1ª fase OAB 42

01

Só podem exercer a advocacia de forma vinculada e exclusiva à função em que estão investidos, os Procuradores Gerais, Advogados Gerais, Defensores Gerais e dirigentes de órgãos jurídicos da Administração Pública direta, indireta e fundacional.

02

O TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) não pode ser oferecido: I- quando o infrator tiver sido beneficiado com o instituto nos 3 anos anteriores a conduta apurada; II- se for mais de uma infração ou quando apenas uma ação for apta a violar, de forma simultânea, outros dispositivos do EAOAB.

03

O direito do cliente de solicitar a prestação de contas do advogado prescreve em 5 anos.

04

O cargo de conselheiro ou de membro da diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório.

05

É inconstitucional punir com suspensão o advogado que está inadimplente no que tange o pagamento das anuidades.

06

O desagravo público independe da concordância do ofendido.

07

Os advogados possuem o direito de ter uma sala especial nos juizados, fóruns, delegacias, presídios e tribunais. No entanto, conforme o STF, não há necessidade de que tais salas sejam controladas pela OAB.

08

Cada Conselho Seccional elege 3 Conselheiros Federais para fins de representação perante o Conselho Federal, sendo o trio denominado de "delegação".

09

Não é preciso ser conselheiro federal para concorrer ao cargo de Presidente do Conselho Federal da OAB.

10

A jornada de trabalho do advogado empregado, quando prestar serviço para empresas, não poderá exceder a duração diária de 8 (oito) horas contínuas e a de 40 (quarenta) horas semanais.

Observações

11

A propositura da Ação Declaratória de Constitucionalidade demanda a existência de controvérsia judicial relevante acerca do ato normativo.

12

Por meio de habeas data, somente podem ser pleiteadas informações relativas ao próprio impetrante, nunca de terceiros.

13

Enquanto Lei Complementar demanda um quorum de aprovação de maioria absoluta, a Lei Ordinária pode ser aprovada por maioria simples (presente à sessão a maioria absoluta dos membros da casa legislativa).

14

É inconstitucional dispositivo estadual que limita o direito de ingresso na carreira aos cidadãos naturais daquele Estado.

15

Em função da imunidade formal prevista no art. 53, §2º, da Constituição da República, cabe à Casa a que pertence o parlamentar deliberar sobre a manutenção da prisão nos casos de crimes inafiançáveis.

Observações

16

Nos contratos de adesão as cláusulas ambíguas ou contraditórias devem ser interpretadas da forma mais favorável ao aderente.

17

Durante o casamento, não há prescrição de direitos ou dívidas entre os cônjuges. Isso significa que, enquanto durar a sociedade conjugal, a contagem do prazo prescricional fica suspensa, só podendo iniciar após o divórcio.

18

Na dação em pagamento, o credor concorda em receber algo diferente do que foi originalmente combinado, substituindo a obrigação inicial por outra prestação.

19

Negócios simulados são nulos de pleno direito. Se alguém utiliza um negócio falso para enganar terceiros, esse ato será considerado inválido, podendo ser contestado a qualquer tempo por qualquer pessoa interessada.

20

As associações não têm objetivo de gerar lucro para os associados. Porém, elas podem obter lucros, desde que sejam utilizados para a manutenção e desenvolvimento da própria associação, respeitando o seu propósito.

Observações

21

A sentença arbitral é título executivo judicial, devendo ser promovida segundo as regras do cumprimento de sentença. Vale salientar que ela não precisa ser homologada.

22

A competência relativa pode ser alegada pela parte em sede de contestação, enquanto a competência absoluta (como a matéria ou a pessoa) pode ser reconhecida de ofício pelo juiz a qualquer tempo.

23

A interposição de um recurso equivocado pode ser aceita, desde que tenha sido feita de boa-fé e o erro não gere prejuízo. Isso é comum nos casos de dúvida sobre o recurso cabível.

24

Após o trânsito em julgado, caso a sentença tenha deixado de fixar honorários de sucumbência é possível ajuizar ação autônoma para definir o valor dos honorários de sucumbência.

25

A execução para a cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.

Observações

26

A lei penal brasileira pode ser aplicada a crimes cometidos no exterior em situações como: a) crimes que o Brasil se comprometeu a reprimir por tratados ou convenções internacionais; b) crimes cometidos por brasileiros; c) crimes em aeronaves ou embarcações brasileiras, privadas ou mercantes, em território estrangeiro, desde que não sejam julgados lá.

27

No dolo eventual, o agente assume o risco de produzir o resultado, mesmo não o desejando diretamente. Na culpa consciente, o agente prevê o resultado, mas acredita que pode evitá-lo. Saber diferenciá-los é essencial na aplicação das penas.

28

O crime omissivo impróprio ocorre quando o agente, que tem o dever jurídico de agir, deixa de praticar uma conduta que poderia evitar o resultado, conforme determinado pela norma. Um exemplo clássico é o crime de omissão de socorro (Art. 135 do CP).

29

No concurso material, o agente pratica duas ou mais ações que resultam em crimes distintos, e cada crime é tratado de forma autônoma. No concurso formal, uma única conduta do agente viola várias normas penais, gerando a prática de múltiplos crimes.

30

No Brasil, a continuidade delitiva é analisada com base em critérios objetivos (Art. 71 do CP), ou seja, é necessário que haja uma mesma oportunidade e uma mesma natureza do crime, considerando a forma como as condutas se sucedem.

Observações

31

O auto de prisão em flagrante deve ser encaminhado ao juiz competente em até 24 horas, e, caso o autuado não tenha advogado, uma cópia integral deve ser enviada à Defensoria Pública, conforme o Código de Processo Penal.

32

Na ação penal privada, a vítima ou seu representante legal é quem dá início ao processo, assumindo o papel de acusador, diferente da ação penal pública, onde o Ministério Público age como parte acusadora.

33

Em caso de conexão ou continência envolvendo crimes dolosos contra a vida e crimes de competência de outros órgãos jurisdicionais, prevalece a competência do Tribunal do Júri.

34

O julgamento de recurso criminal sem prévia intimação ou publicação da pauta é nulo, exceto no caso de habeas corpus, onde o rito é diferenciado.

35

O inquérito policial não pode ser instaurado APENAS com base em denúncia anônima. São necessárias diligências preliminares para confirmar a veracidade dos fatos, conforme jurisprudência do STF e STJ.

Observações

36

O empregado tem a opção de vender até 1/3 de suas férias, mas não é obrigado a fazê-lo. A decisão é voluntária.

37

O empregado sindicalizado ou associado tem estabilidade no emprego desde o registro de sua candidatura a um cargo de representação de classe, até um ano após o fim de seu mandato, caso seja eleito, mesmo que como suplente.

38

É possível negociar a redução do intervalo intrajornada para no mínimo 30 minutos, desde que haja acordo entre as partes.

39

No regime de home office, todos os custos que o trabalhador tiver para executar suas funções em casa devem ser reembolsados pela empresa.

40

A inclusão de uma cláusula de arbitragem em contratos individuais de trabalho é permitida, desde que o empregado concorde ou sugira, e receba salário superior a duas vezes o limite máximo dos benefícios do RGPS.

Observações

41

O empregador pode ser representado em audiência por um gerente ou outro preposto que tenha conhecimento dos fatos do caso, mesmo que não tenha presenciado os acontecimentos.

42

Nem todos os isentos de custas processuais são automaticamente isentos do depósito recursal, pois são benefícios distintos.

43

Diferentemente do disposto no Processo Civil, que traz a porcentagem de 10% a 20% para os honorários, na Justiça do Trabalho tem-se honorários que variam de 5% a 15%.

44

O prazo para interpor o Recurso Ordinário é de 8 (oito) dias úteis, conforme a legislação trabalhista.

45

É válido o mandato registrado em ata de audiência, desde que o cliente concorde expressamente. No entanto, os poderes concedidos se limitam ao foro em geral, sem cláusulas especiais.

Observações

46

A obrigação tributária pode ser extinta por meios como pagamento, compensação de créditos, remissão, prescrição e decadência, conforme previsto no Código Tributário Nacional

47

O lançamento por declaração ocorre quando o contribuinte é responsável por informar os dados necessários ao cálculo do tributo, como o valor devido e o fato gerador, por meio de uma declaração formal.

48

As contribuições de melhoria são tributos cobrados dos proprietários de imóveis que se beneficiam diretamente de obras públicas que valorizam suas propriedades, como pavimentação ou urbanização.

49

Imunidades são limitações constitucionais ao poder de tributar, enquanto isenções fiscais são benefícios legais que dispensam o pagamento de tributos em certas situações, sem alterar a obrigação tributária.

50

O princípio da anterioridade estabelece que a lei que cria ou aumenta tributos só pode entrar em vigor no exercício financeiro seguinte, garantindo previsibilidade ao contribuinte.

Observações

51

A recuperação judicial pode ser solicitada não apenas pelo empresário ou sociedade, mas também pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros, inventariante ou sócio remanescente, no caso de falecimento do devedor.

52

A omissão da expressão "Limitada" (ou "Ltda.") no nome da sociedade gera a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim assinarem, sujeitando seus bens pessoais a eventuais dívidas da empresa.

53

O pagamento de uma duplicata pode ser garantido por aval, sendo o avalista considerado responsável nas mesmas condições de quem tiver indicado. Se não houver indicação, o avalista será equiparado ao devedor cujo nome aparece logo abaixo de sua assinatura, e, na falta dessa indicação, ao comprador.

54

O endosso realizado após o protesto do título de crédito é chamado de "endosso póstumo" e não transfere o crédito como um endosso comum, mas tem os efeitos civis de uma cessão ordinária de crédito.

55

Quando um título de crédito é emitido incompleto, ele deve ser preenchido conforme os termos do acordo inicial entre as partes, respeitando os limites estabelecidos no momento da emissão.

Observações

56

O prazo para interpor recurso administrativo é de 10 dias, salvo exceções previstas na legislação específica.

57

A caducidade de uma concessão será declarada em caso de inexecução total ou parcial do contrato, após a verificação da inadimplência da concessionária. A declaração de caducidade deve seguir um processo administrativo, assegurando o direito ao contraditório e à ampla defesa.

58

A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de caráter precário, que não gera direito à retenção ou indenização por acessões e benfeitorias realizadas pelo ocupante.

59

Na concessão patrocinada, a remuneração da concessionária provém tanto de tarifas pagas pelos usuários quanto de aportes financeiros do Poder Público.

60

A tredestinação ocorre quando o Estado desapropria um bem para uma finalidade pública, mas posteriormente altera essa finalidade. A tredestinação pode ser lícita (como quando o bem desapropriado para construir uma escola é usado para construir um hospital, ainda atendendo a um fim público) ou ilícita, quando o desvio é para fins privados.

Observações

Vício *de uma*
estudante